

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Fachin: Inquérito das Fake News não será mais um “guarda-chuva”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pretende retirar o poder do ministro Alexandre de Moraes de decidir, sem provocação da Procuradoria-Geral da República (PGR), sobre a abertura de novos inquéritos.

Trata-se de um superpoder que é concedido a Moraes como relator do chamado Inquérito das Fake News, aberto em 2019 para apurar a autoria de notícias fraudulentas, ameaças e outros ataques contra ministros do STF. Acabou sendo transformado em uma espécie de guarda-chuva, hoje muito criticado, que é usado há sete anos por Moraes para abrir procedimentos sem a provocação formal da PGR.

Fachin espera receber até sexta-feira, 11, as respostas a quatro questionamentos que enviou a dois ministros da Corte – André Mendonça e Alexandre de Moraes –, ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, sobre supostas irregularidades na apuração do inquérito do Banco Master.

O presidente do STF quer saber: as circunstâncias em que foram identificadas pessoas citadas nas mensagens de Daniel Vorcaro (ex-dono do Master) que causaram a briga entre Mendonça, Moraes, Gonet e Rodrigues; se a PF cumpriu a legislação ao investigar magistrados; se houve quebras irregulares de sigilos e quem quebrou; quais medidas tomaram para não haver

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Pecados do STF são terrenos

Um dos protagonistas das medidas que jogaram o Supremo Tribunal Federal no centro da campanha à Presidência da República, o ministro André Mendonça cometeu o pecado de levar a discussão para o campo religioso.

Isso, ao gravar e divulgar um vídeo segundos em que agradece o amor e o carinho de irmãos e de irmãs, cita mensagens de “oração e de carinho”. As palavras deixam claro que ele se dirigiu aos cerca de 36% dos brasileiros que se declaram evangélicos.

Pastor, Mendonça tem o direito total e absoluto de exercer sua fé, de demonstrá-la, de apregoá-la: diferentemente, por exemplo, do ocorre nas religiões de matrizes africanas, o proselitismo, a busca da conversão e novos fiéis, é elemento importante do cristianismo.

Mas ele não deveria misturar sua crença com seu trabalho na suprema corte. Por mais que tenha sido indicado ao STF por Jair Bolsonaro por ser “terrivelmente evangélico”, essa característica não pode ser associada ao seu exercício de função pública tão relevante.

O uso da toga pelos ministros é para reforçar que, na corte, individualidades precisam ser deixadas de lado, o que vale é o compromisso com a lei e com as instituições, promessa laica que fazem ao assumirem o cargo.

Esse juramento é decisivo para que eles sejam independentes, não levem em conta características das partes em disputa, como ideologia, religião e compromissos políticos — ministros indicados

descumprimento da Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

A crise no STF foi deflagrada após Mendonça retirar o sigilo de um relatório da PF com mensagens do celular de Vorcaro. As mensagens revelariam envolvimento do ex-dono do Master com Alexandre de Moraes, que reagiu com um relatório de inteligência da PF apontando atos de Mendonça que classifica como improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade.

Ao anunciar que tomará medidas duras pela credibilidade da Justiça, Fachin defendeu a urgência do Código de Ética no STF e o fim do Inquérito das Fake News. Foi desse inquérito que Moraes puxou o relatório apócrifo contra André Mendonça atribuído à PF. Tem sido frequentemente usado para a abertura de investigações por Alexandre de Moraes, o que o tornou muito criticado no meio jurídico.

Aliados do relator no STF não gostaram do anúncio feito por Fachin. Neste domingo, 7, o ministro Flávio Dino postou nas redes sociais:

“É possível a um julgador, qualquer que seja ele, ‘prometer’ o final de um inquérito, como se fosse um candidato ou para receber aplausos? Eu, pessoalmente, sou a favor da conclusão dos inquéritos, até porque eles foram feitos para terminar mesmo, mediante a propositura das ações penais ou dos arquivamentos cabíveis. [...] Insisto em um ponto: institucionalidade é um assunto muito sério para ser embaralhado com interesses eleitorais ou com mentiras.”

Nos bastidores do STF, Fachin tem respondido que continuarão em andamento as investigações já abertas por Moraes. Ele só está propondo que o inquérito não sirva mais para abertura de novas investigações sem provocação do Ministério Público. É o fim do Inquérito das Fake News como guarda-chuva.

por governos do PT votaram contra interesses do partido em casos como o Mensalão e o Petrolão.

Em feito de oração, o vídeo não cita fatos recentes ocorridos no STF, mas a relação fica evidente quando Mendonça diz que preces “têm sido fundamentais” para sustentá-lo: o material foi divulgado no dia seguinte à decisão do colega Alexandre de Moraes de incluí-lo no interminável inquérito das fake news.

A palavra do ministro ao seu rebanho remete ao comportamento de Deltan Dallagnol, que coordenava a força-tarefa da Lava Jato. Igualmente evangélico, o então procurador insistiu em associar a operação a uma espécie de intervenção divina, a ponto de dizer que faria jejum em prol da prisão de Lula, ato que recebeu apoio do juiz Marcelo Bretas. Este prometeu “acompanhá-lo em oração”.

Eles invocaram o Céu e foram punidos na Terra: Dallagnol perdeu o mandato de deputado por ter deixado o Ministério Público com o objetivo de escapar de punições relacionadas aos erros cometidos na Lava Jato. Também por suas pedaladas processuais na operação, Bretas foi expulso da magistratura.

Ao resgatar a ideia de missão divina em casos que tratam de erros e crimes humanos, Mendonça corre o risco de, como Dallagnol e Bretas, a trocar a porta estreita da Justiça pela que se apresenta larga, mas que conduz a caminhos largos e contaminados pela perdição.

Mais compromissada com o calendário eleitoral do que com a Justiça, a Lava Jato acabou vítima de si mesma, o que gerou impunidade em diversos casos. As graves suspeitas que pairam sobre ministros do STF não podem ter o mesmo destino, precisam ser resolvidas pelo campo que se deseja neutro da Justiça humana.

EDITORIAL

A infância protegida em qualquer ambiente

A internet abriu para crianças e adolescentes um mundo de informação, entretenimento, educação e relacionamento. Mas também abriu portas para riscos que durante muito tempo pareciam distantes da rotina infantil. O acesso facilitado a conteúdos de natureza sexual e a possibilidade de contato com pessoas interessadas em explorar menores mostram que a proteção da infância precisa acompanhar a transformação digital.

Um relatório do Unicef estima que 15 milhões de crianças e adolescentes tenham sido expostos a conteúdo sexual indesejado em apenas um ano, considerando 21 países. O levantamento também aponta que cerca de 20 milhões sofreram algum tipo de exploração ou abuso sexual facilitado pela tecnologia. São números que não podem ser tratados como uma consequência inevitável da vida conectada. Eles revelam uma falha coletiva de proteção.

O problema começa pela facilidade de acesso. Crianças podem chegar a conteúdos inadequados sem necessariamente procurá-los e podem ser abordadas por desconhecidos ou até por pessoas de seu próprio círculo de convivência. Redes sociais, aplicativos de mensagens e jogos online fazem parte da rotina dessa geração e, justamente por isso, também passaram a ser utilizados por quem busca estabelecer relações de confiança para depois manipular, constranger ou explorar.

Existe ainda uma falsa sensação de segurança quando a violência acontece atrás de uma tela. Como não há necessariamente contato físico, muitos adultos podem subestimar a gravidade de uma abordagem sexual online. Mas a exposição indevida, a chantagem, a divulgação de imagens e a manipulação emocional podem produzir consequências profundas e duradouras.

Outro aspecto preocupante é o silêncio. Uma parcela expressiva das vítimas não conta a ninguém o que aconteceu, muitas vezes por vergonha, medo, culpa ou simplesmente por não saber a quem recorrer. Isso significa que os números conhecidos provavelmente representam apenas uma parte do problema. Quando uma criança não sabe como pedir ajuda, a tecnologia deixa de ser apenas o ambiente onde a violência acontece e passa a ser também um obstáculo para interrompê-la.

É preciso criar ambientes digitais mais seguros e desenvolver uma cultura de proteção que envolva famílias, escolas, governos e empresas de tecnologia.

OPINIÃO DO LEITOR

El Niño

O fenômeno climático, El Nino, antecipou chegada ao Brasil e foi direto derrubar as estruturas do Supremo Tribunal Federal.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal